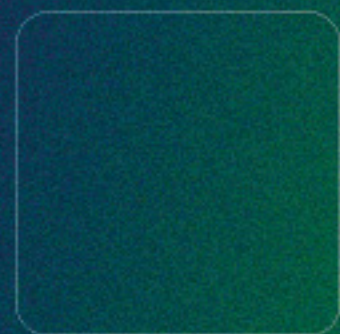
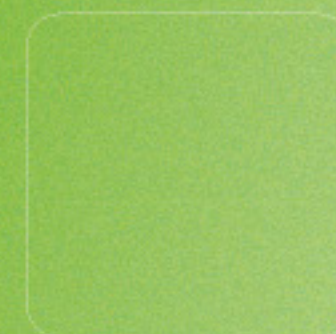
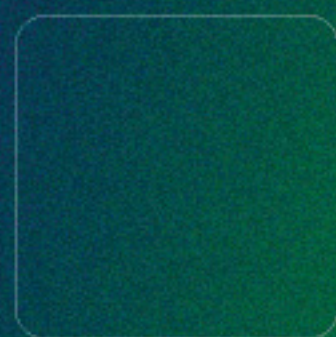
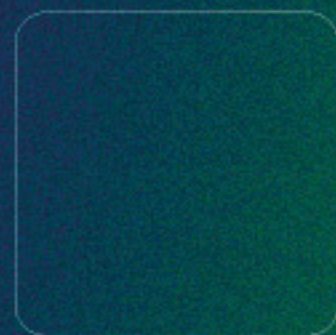
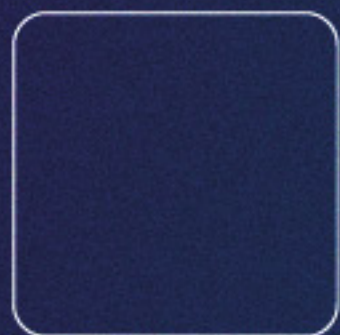
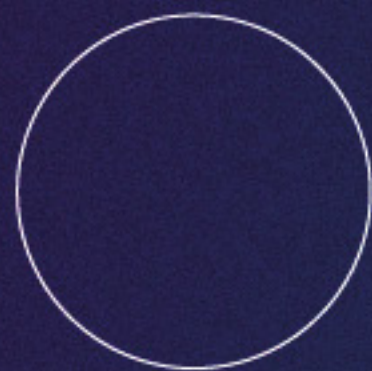
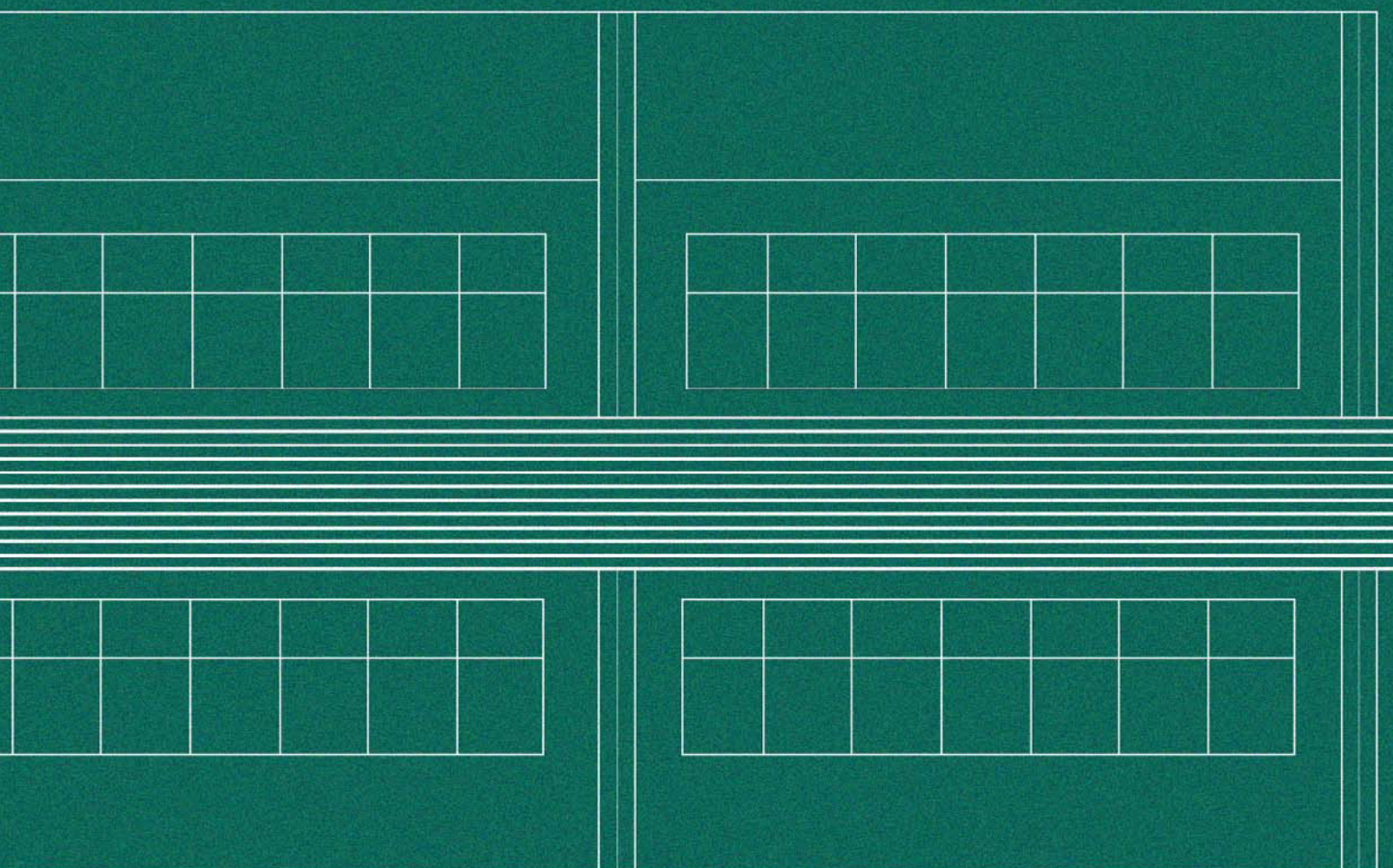
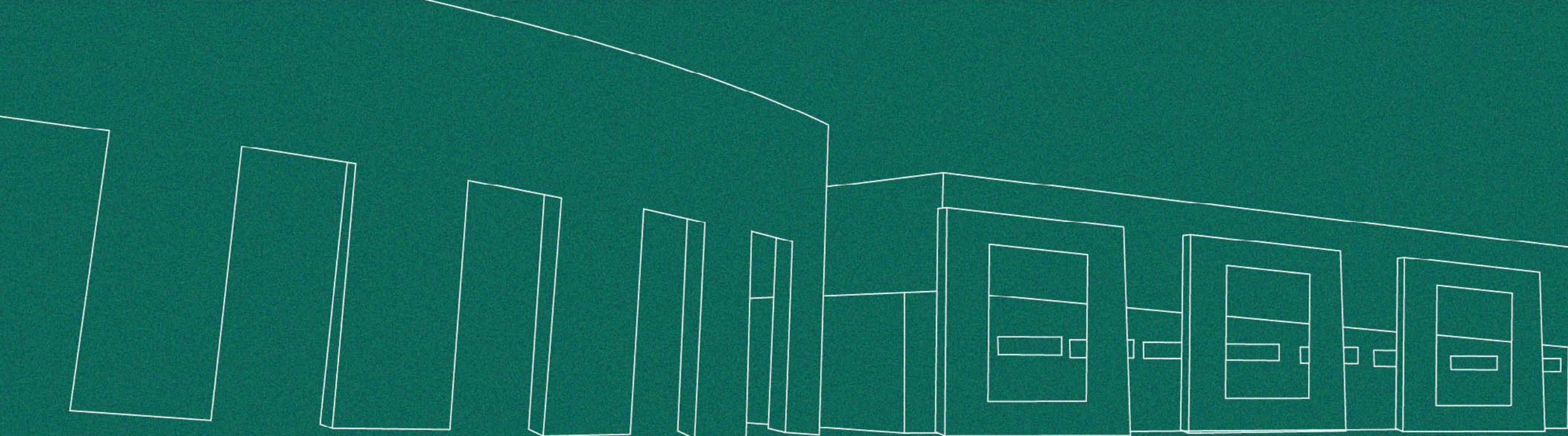




Relatório de Gestão 2021





**Riscos, oportunidades
e perspectivas**

1. Gestão de Riscos e Controles Internos

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) estruturou sua Política de Gestão de Riscos (PGRC) – baseada na INC nº 01/2016 e nas demandas locais - institucionalizada por meio da Deliberação nº 01/2017/CGRC/IFS, documento que norteia a atuação do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles.

Como gestão estratégica, a gestão de riscos e controles internos é conduzida pela Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRO-DIN), operacionalizada pelo Departamento de Gestão de Riscos (DGR), no apoio à interlocução com as partes interessadas.

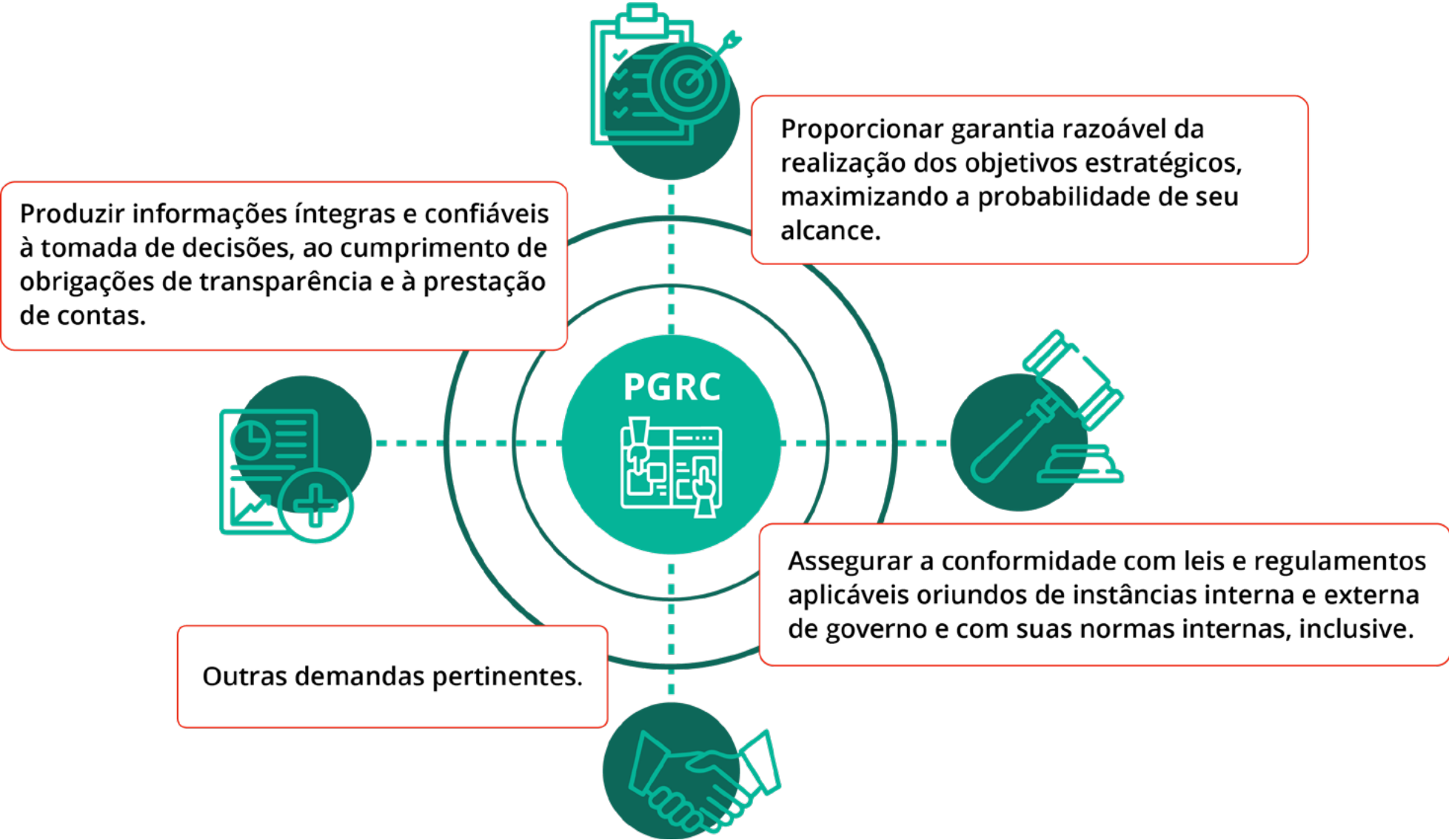


Figura 11 - Objetivos da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos.
Fonte: DGR/PRODIN

1.1 Modelo do Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos

O modelo de Gestão de Riscos e de Controles Internos serve como diretriz à instrumentalização da PGRC, à Metodologia de Gestão de Riscos e à adoção de soluções tecnológicas.

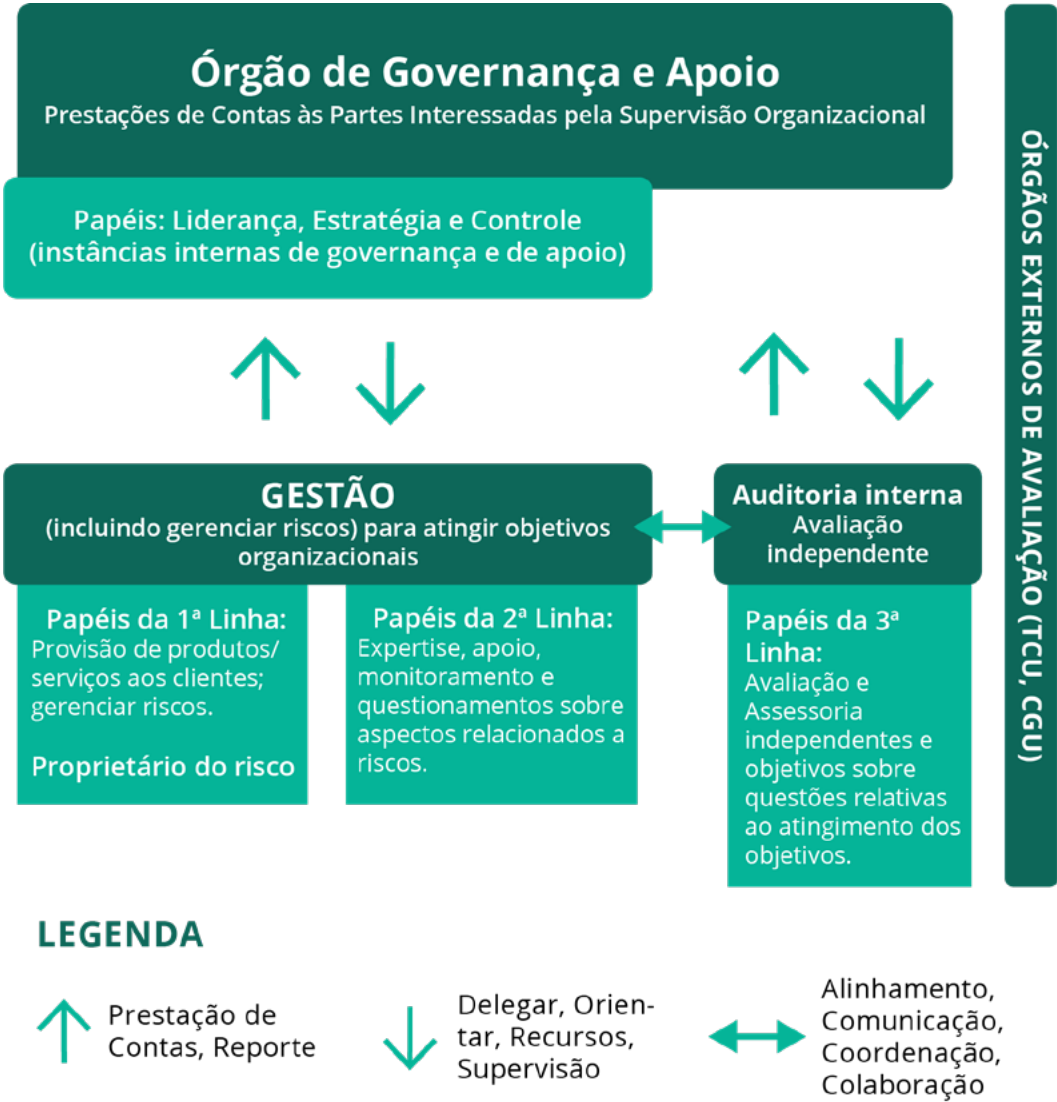


Figura 12 - Modelo do Sistema de Gestão de Riscos e Controles Internos.
Fonte: DGR/PRODIN

Nesta congruência as iniciativas desenvolvidas encontram respaldo no processo decisório do CGIRC e aderência aos objetivos estratégicos, sobretudo no fomento a boas práticas de governança e no atendimento a demandas e recomendações dos órgãos de controles.

Destacam-se como iniciativas essenciais ao Modelo Institucional de Gestão de Riscos: a definição de responsáveis pelo Sistema de Gestão de Riscos, a metodologia de gestão, a Matriz de Riscos adotada e a revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos de Gestão (Portaria nº 2.544/2021/IFS).



Figura 13 - Processo de Gestão de Riscos.
Fonte: DGR/PRODIN

1.2 Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A Gestão de Riscos e Controles Internos tem por base a estratégia e o seu desdobramento, sendo aplicada a programas, processos e iniciativas estratégicos institucionais, em consonância com o modelo vigente, com foco nos objetivos a serem alcançados.

Os principais riscos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais do IFS e assim, a oferta de serviços à sociedade, são os do ambiente interno, a exemplo dos estratégicos, os de imagem, os de reputação ou de intervenção hierárquica bem como os riscos do ambiente externo, como os de regulação e os sistêmicos, a exemplo da pandemia.

1.2.1 Principais riscos identificados e tratamentos realizados

A gestão de riscos e controles internos está vinculada à estratégia institucional com foco em processos críticos, conforme evidenciado no mapa de riscos estratégicos e no plano de implementação de controles, integrados ao PDI. Por extensão, é aplicada a programas, projetos, planos de ação e processos de trabalho associados aos macroprocessos institucionais.

Cumprir destaque as iniciativas que viabilizaram a identificação e tratamento de riscos relevantes:

- a. **Programa de Integridade** - Formalizado no IFS em 2018 e vigente até 2022 - pela Deliberação nº 08/2021/CGIRC/IFS. Seu processo de gestão teve a participação de áreas com função de fomento à integridade no órgão, e fundamentou-se no tratamento aos riscos vinculados à sua atuação. O monitoramento de suas ações é realizado por meio de Boletins Informativos, disponíveis no site.
- Para gestão das Medidas de Tratamento (MTs) foi elaborado o Monitor de Ações, o qual evidenciou os seguintes resultados:

MEDIDAS DE TRATAMENTO -
PLANO DE INTEGRIDADE IFS 2021/2022

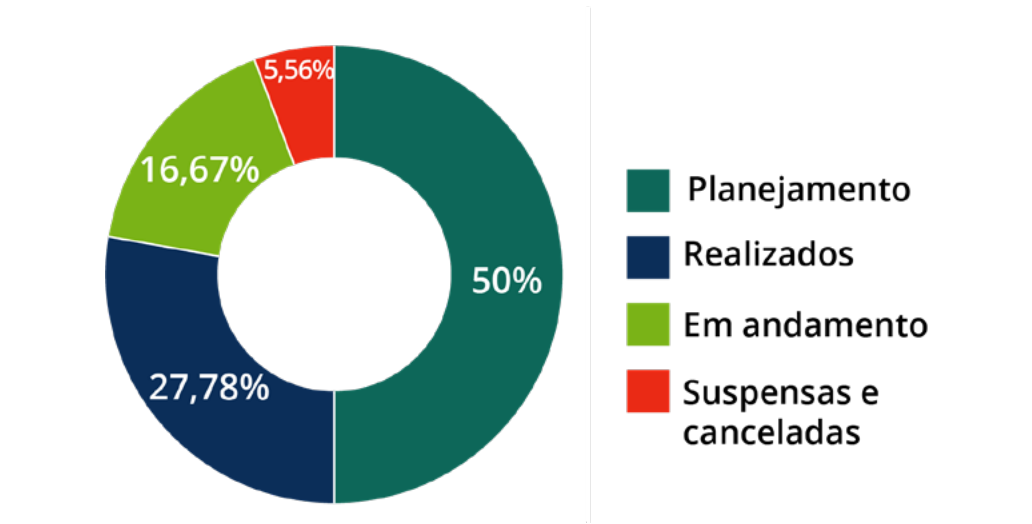


Gráfico 01 - Medidas de Tratamento - Plano de Integridade IFS 2021/2022.
Fonte: DGR /PRODIN

No último exercício, o IFS obteve expressivos resultados na disseminação da cultura de integridade, conforme apresentado a seguir:

- Execução da Campanha #Integridade Somos Todos Nós, em parceria com a CGU;
- Fortalecimento de canais internos para interlocução e monitoramento das Medidas de Tratamento associadas ao Plano de Integridade;
- Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), parceria com TCU;
- Execução do Projeto Valores do Serviço Público Federal, em parceria com a CGU;
- Realização do II Ciclo de Palestras com exposição de temas ligados ao fomento da integridade;
- Inserção da temática em diversos eventos institucionais direcionados à comunidade acadêmica;
- Execução de ações para sensibilização e implementação do Levantamento de Governança e Gestão Pública - TCU, ciclo 2021;
- Elaboração de Boletins Informativos para fomento à transparência no processo de monitoramento do Programa de Integridade 2021-2022.

b. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024)

O processo de formulação e implementação da estratégia de gestão institucional tem como produto macro o PDI. Neste contexto, o Plano Estratégico - parte integrante do PDI - revisado anualmente, tem como uma de suas seções o Mapa de Riscos Estratégicos e seu respectivo Plano de Implementação de Controles, cujo documento registra riscos de médio prazo (deliberação nº 12/2022/CGIRC/IFS).

Desta forma, o Mapa de Riscos Estratégicos atualizado contemplou as seguintes informações:

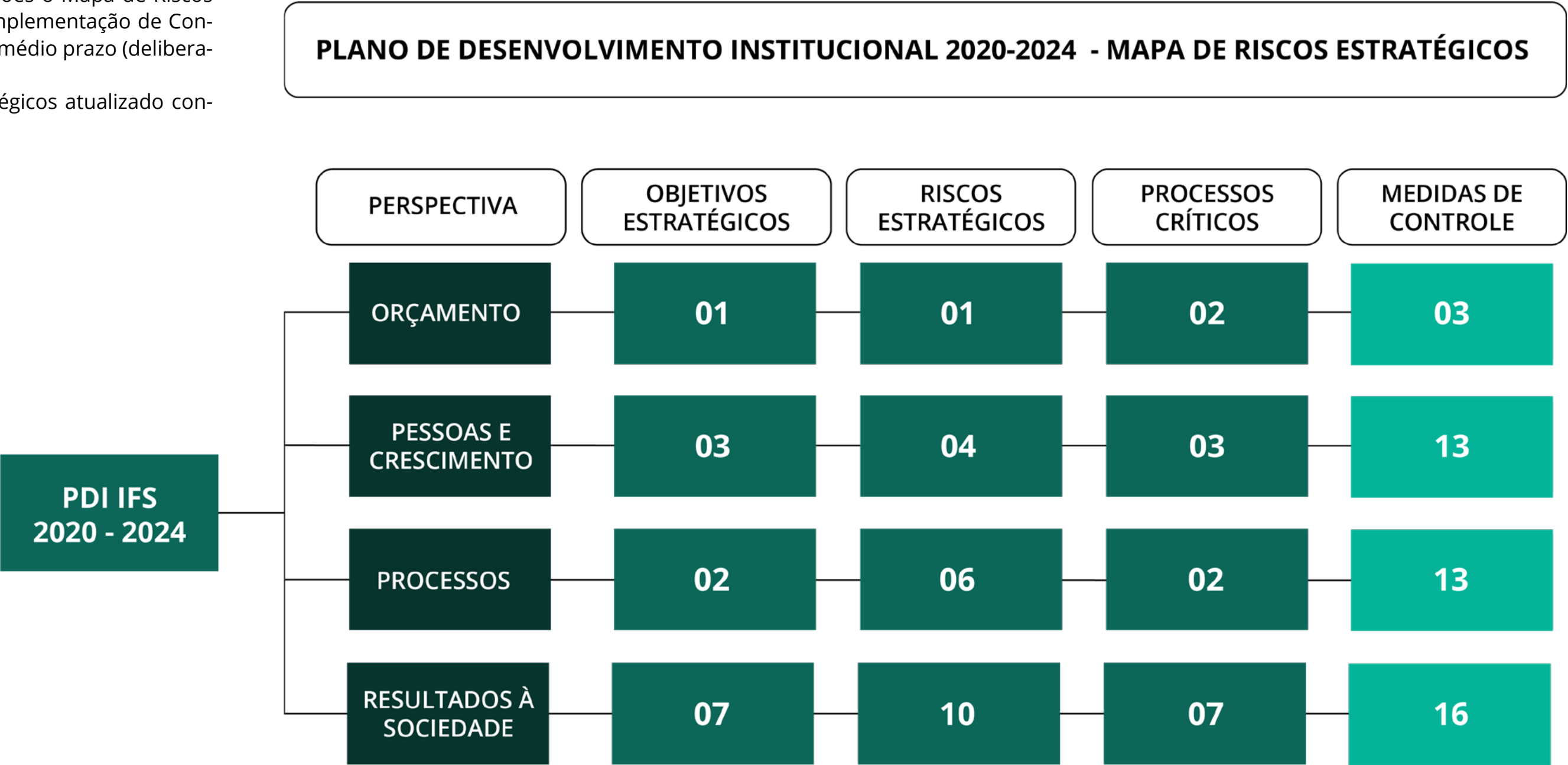


Figura 14 - PDI 2020-2024 - Mapa de Riscos Estratégicos.
Fonte: DGR/PRODIN

O desdobramento da estratégia evidencia-se na elaboração do Plano Anual de Trabalho, por área de gestão, cujo processo contempla a identificação de riscos de curto prazo, em nível tático-operacional.

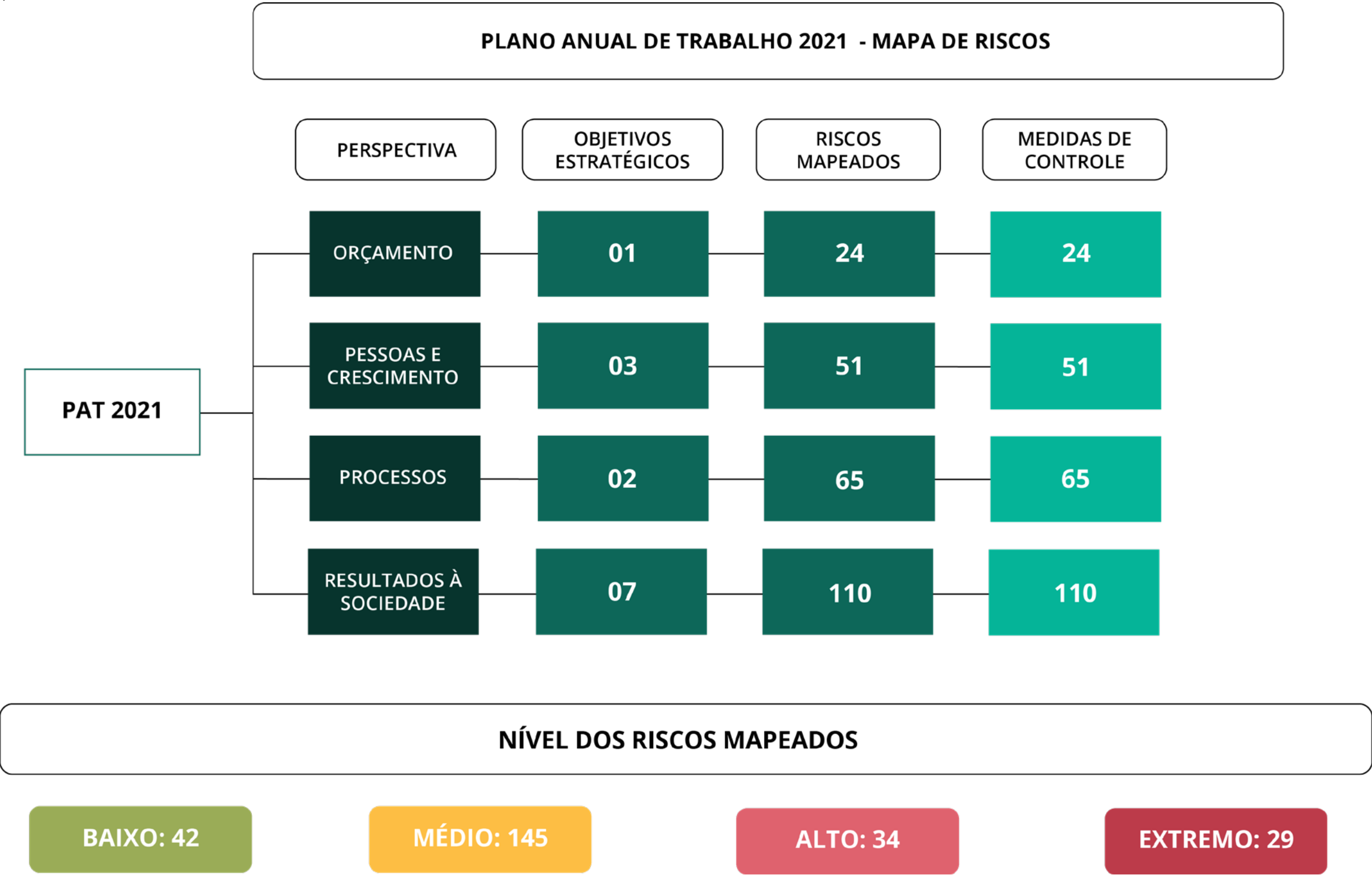


Figura 15 - Plano anual de Trabalho 2021 - Mapa de Riscos.
Fonte: DGR/PRODIN

c. Plano de Contingência do IFS para enfrentamento ao novo coronavírus - COVID-19

Documento para enfrentamento ao coronavírus e que possui como uma de suas seções o Plano de Implementação de Controles, construído com base no cenário institucional.



Figura 16 - Síntese do mapeamento dos riscos por área/função. Fonte: DGR/PRODIN

Vinculados à estratégia para enfrentamento à COVID-19, foram mapeados 22 riscos, sendo que 11 foram considerados prioritários. Destes, 9 riscos representaram ameaças, com nível variando entre os fatores 16 e 25, e dois indicaram oportunidades estratégicas a serem exploradas.

A atuação estratégica no biênio 2020/2021 evidenciou a execução de 41 medidas, de um total de 42 previstas, associadas aos riscos.

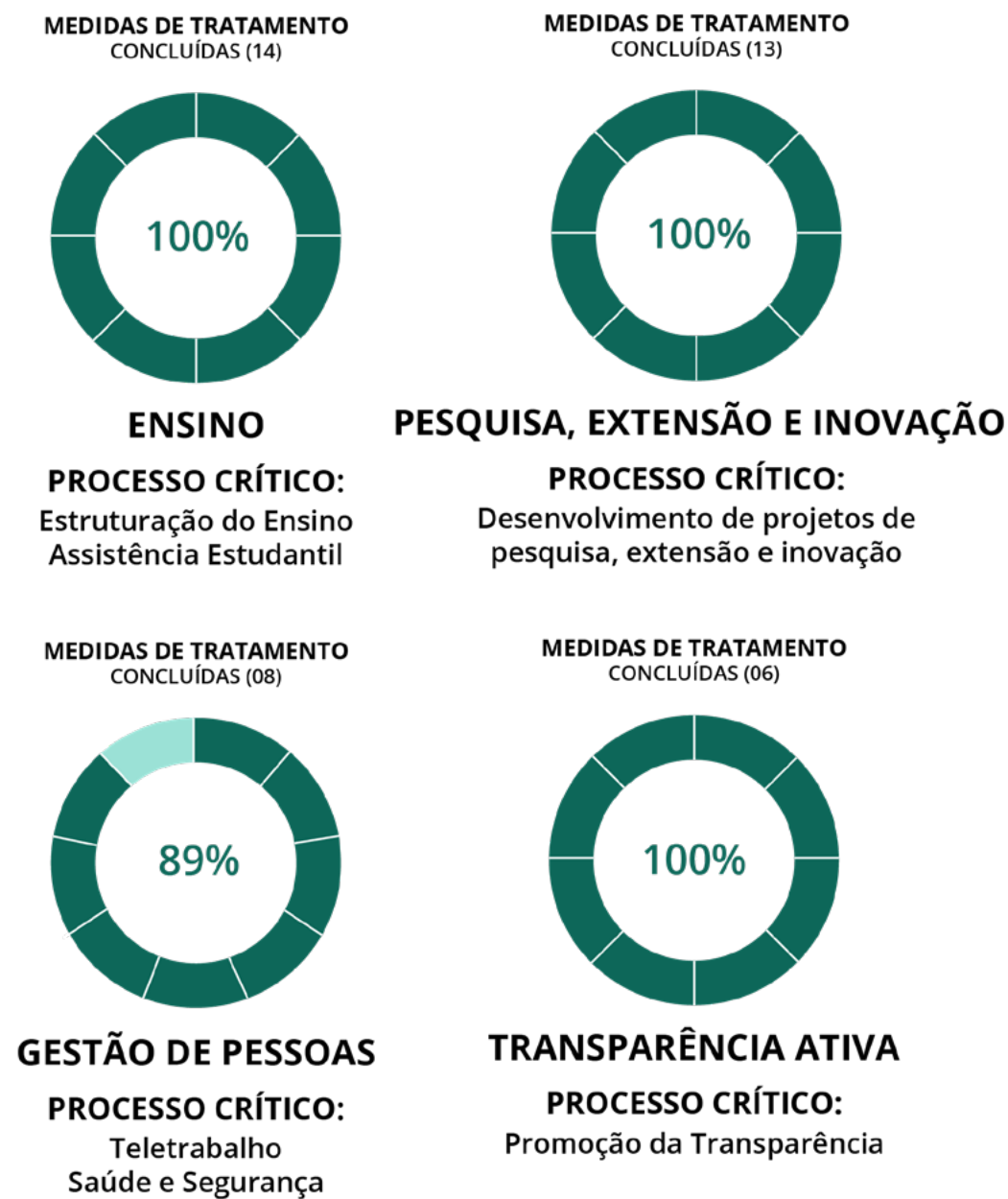


Figura 17 - Medidas de tratamento concluídas no biênio 2021/2022.
Fonte: DGR/PRODIN

d. Plano de Contingência para o Desenvolvimento de Atividades Presenciais no Contexto da COVID-19: Procedimentos Técnicos.

Plano cuja formulação baseou-se em procedimentos técnicos que buscam viabilizar o retorno sustentável das atividades acadêmicas e de apoio, de maneira presencial no âmbito do Instituto Federal de Sergipe.

Vinculado à estratégia de enfrentamento, o IFS aprovou o **Plano de Retomada às Atividades Presenciais (Resolução CS/IFS nº 97)**, que traz orientações e medidas de controle à preservação da saúde e do bem-estar físico e mental, direcionadas à comunidade acadêmica, inclusive aos grupos de risco.

e. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA):

Em 2020, o IFS realizou o levantamento dos riscos ambientais em seus aspectos físico, químico, biológico, ergonômico e acidentes, vinculado ao processo de gestão de riscos “Fiscalização de Riscos Ambientais”. A iniciativa alcançou 726 setores da estrutura dos campi e da reitoria, inclusive anexos, identificando 939 fatores de riscos, para os quais foram sugeridas e adotadas medidas de tratamento correlatas. Conheça o Programa de Prevenção de riscos ambientais (PPRA) 2020/IFS no [site](#).

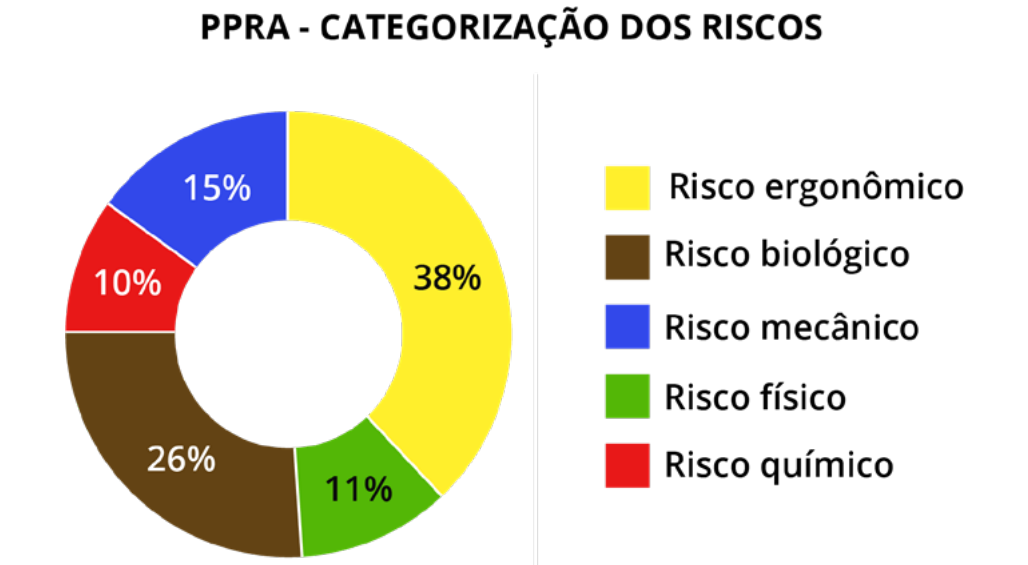


Gráfico 02 - PPRA - Categorização dos Riscos.
Fonte: NIST/PRODIN

Incumbe destacar que em razão do contexto pandêmico não houve atualizações significativas no PPRA.

f. Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)

A partir do diagnóstico para verificação da aderência às boas práticas de prevenção à fraude e corrupção e por decisão de sua gestão estratégica, o IFS aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, com elaboração de plano ações de maneira a contemplar áreas como Prevenção, Detecção, Investigação, Correição e Monitoramento referentes ao biênio 2022-2023.

1.2.2 Principais oportunidades identificadas e ações para aproveitá-las

- **Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020- 2024)** - o processo oportunizou a atualização do Mapa de Riscos Estratégicos e seu respectivo Plano de Implementação de Controles.
- **Monitoramento dos mapas de riscos vinculados à elaboração dos PATs** - o subprocesso favoreceu o fomento à cultura da gestão de riscos e o aprimoramento da gestão da estratégia. Decorreu de capacitação para mapear riscos aos envolvidos com o processo de trabalho.
- **Revisão da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos** - processo iniciado a partir da edição da Portaria nº 2.544/2021/IFS. Objetiva o alinhamento da gestão de riscos à estratégia institucional e conta com a participação de servidores que atuam na implementação da Política.
- **Realização do II Ciclo de Palestras do Programa de Integridade** - a ação integrou as medidas estratégicas de tratamento do Plano de Integridade 2021/2022. O ciclo foi extensivo à comunidade acadêmica e resultou de parceria com a CGU, TCU e com servidores do IFS.

1.2.3 Fontes de Riscos e Oportunidades

As fontes de riscos e oportunidades no âmbito do IFS encontram-se no ambiente externo e interno e representam incertezas e desafios que se integram às perspectivas orçamento, pessoas e crescimento, processos e resultados à sociedade e assim, permeiam os objetivos estratégicos de que trata o Mapa Estratégico Institucional, que é parte integrante do PDI 2020-2024.

São fatores externos de riscos e oportunidades: os tecnológicos, políticos, ambientais, econômicos e os sociais. Entre os fatores internos destacam-se os esforços de gestão, a intervenção hierárquica, a regulação e a reputação institucional, conforme verifica-se a seguir.

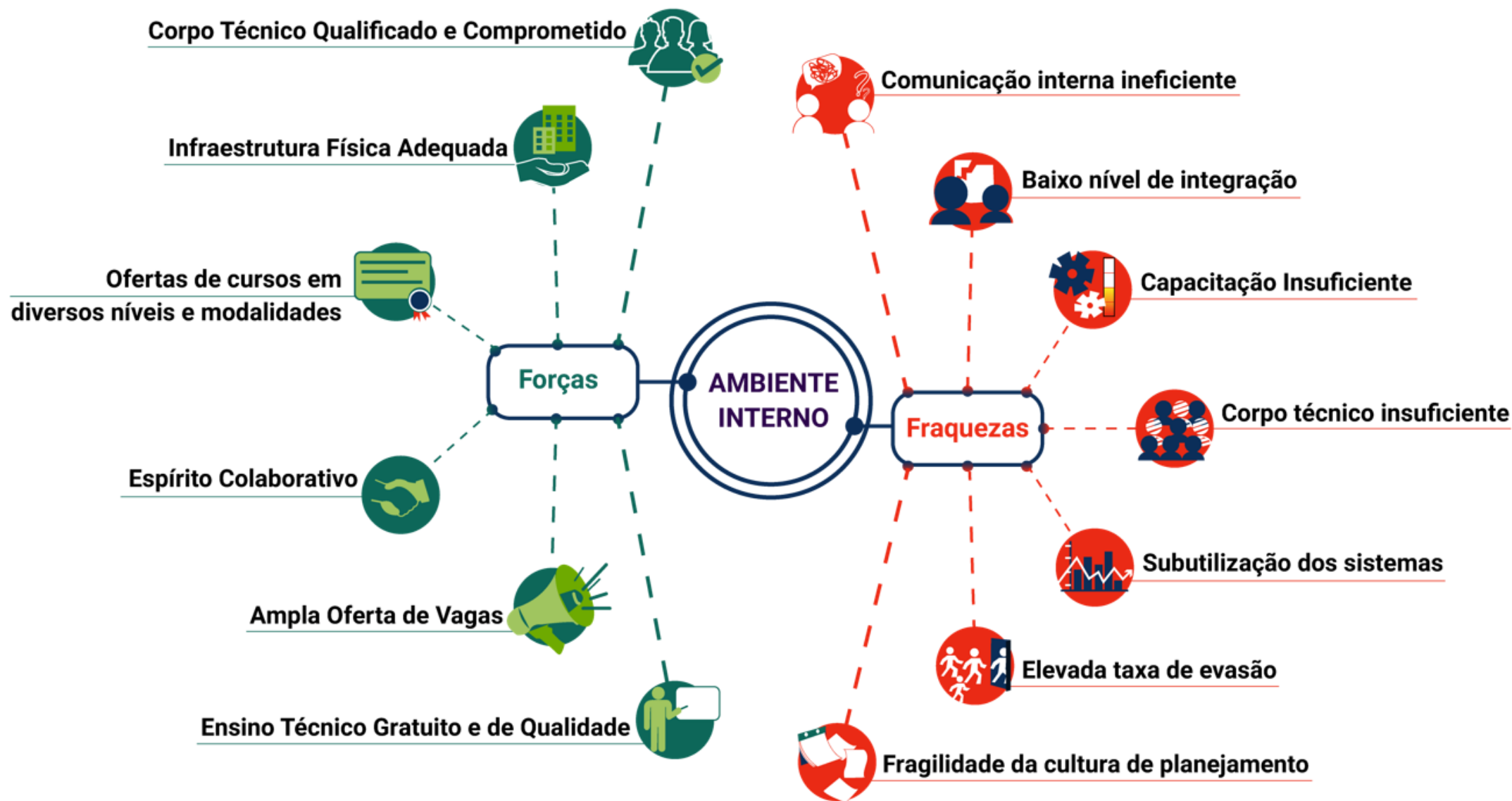


Figura 18 - Análise do Ambiente Interno Institucional.
Fonte: DGR/PRODIN

1.2.4. Avaliação da probabilidade e ocorrência do risco ou da oportunidade e seus efeitos

A análise da probabilidade de materialização do risco ou da oportunidade no âmbito do IFS, bem como no atinente ao impacto/efeito da materialização dos riscos e os critérios para sua análise observam as disposições trazidas pela Deliberação nº 004/2017/CGIRC/IFS.

No entanto, convém destacar que, quanto à análise das oportunidades e seus efeitos, o normativo será revisto de forma a abordar de maneira mais profunda e adequada as potencialidades no contexto institucional.

PROBABILIDADE					IMPACTO
1	2	3	4	5	
BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	MÉDIO	
BAIXO	BAIXO	MÉDIO	MÉDIO	ALTO	
MÉDIO	MÉDIO	ALTO	ALTO	MUITO ALTO	
MÉDIO	ALTO	ALTO	MUITO ALTO	MUITO ALTO	
MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO	MUITO ALTO	EXTREMO	
INSIGNIFICANTE	PEQUENO	MODERADO	GRANDE	EXTREMO	NÍVEL

LIMITES DE EXPOSIÇÃO A RISCOS	
LIMITE DE APETITE A RISCO	LIMITE DE TOLERÂNCIA A RISCOS
12	20

Tabela 01 – Critérios para Análise de Probabilidade e Impacto dos Riscos.
Fonte: DGR/PRODIN